

Editorial

O genocídio das tribos indígenas

Não há medicamento. Não há testes. A doença avança rapidamente nas tribos. Há apenas um técnico nas aldeias. O genocídio se avizinha se não forem tomadas medidas urgentes e eficazes para deter a pandemia no Alto Rio Solimões no Pará. Além disso, os índios da etnia Munduruku estão morrendo por falta de UTI aérea para transferi-los para Manaus. O hospital de campanha que inaugurou ala para pacientes indígenas em Manaus não tinha mais leitos disponíveis na semana passada.

Enquanto os estados e municípios iniciam medidas de relaxamento do isolamento social em plena curva ascendente de mortes por Covid-19 galgamos a posição do segundo país em casos e o primeiro em mortes por dia, atingindo a posição detestável de epicentro mundial da pandemia. Neste cenário, mesmo realizando poucos testes em relação aos demais países do mundo não reduzimos o número de novos casos. Vai contra o senso comum a posição adotada por essas autoridades no momento que hospitais entram em colapso com falta de UTIs e ocupação quase total de leitos para pacientes diagnosticados com Covid-19. Na falta de fármacos e vacinas está mais que demonstrado que o isolamento social é a única forma de combater o espraiamento dessa doença.



Se a vida dos cidadãos brasileiros está depreciada nos ambientes urbanos, a vida das tribos indígenas na Amazônia parece ainda ter menos valor. O Estado está simplesmente ausente nas ações necessárias para a preservação da população indígena. No boletim INeC, número 59, exaltamos o trabalho desenvolvido pelo pesquisador americano Robert Murphy que resultou no livro “A religião dos Mundurukus”. Este livro traz uma série de depoimentos e documentos sobre a influência dos clérigos que viveram na região do Alto Solimões no Pará e no Amazonas no século XVI, sobre as crenças e as relações sociais do povo Munduruku.

Do ponto de vista antropológico, a importância do trabalho de Robert Murphy pode ser compreendida na estória de “Hansel e Gretel na Amazônia” que contada pelo povo Munduruku trata os mesmos elementos de uma versão similar contada na Europa desde Creta na antiguidade e de uma outra versão chinesa “Yi Min e Kai Wai”. O livro traça o provável caminho percorrido por essa lenda até chegar ao povo Munduruku levantando a hipótese de uma possível herança cultural comum ou transferência de conhecimentos ao longo do tempo. O ministro da Educação afirmou na fatídica reunião ministerial de 22 de abril passado que somos um

só povo. Segundo ele, não existe povo indígena no país. Parece que nunca folheou um livro de antropologia na sua vida.

Quando a Covid-19 chegou ao Brasil era previsível o estrago que causaria nos povos indígenas. Era necessário identificar rapidamente os doentes e isolá-los. Em razão da vulnerabilidade a doenças respiratórias dos povos indígenas, dos cerca de 380 casos conhecidos da Covid-19 entre indígenas nesse momento, registraram-se 77 óbitos. A probabilidade de o índio morrer ao apresentar sintomas é de 25%, enquanto no Brasil como um todo, essa porcentagem está, hoje, em aproximadamente 8 a 9%. Temos, portanto, uma taxa de mortalidade entre os indígenas três vezes maior do que a taxa de mortalidade do País. Segundo último censo demográfico temos 800 mil índios no Brasil (a população indígena no Alto Rio Solimões é de 70.000). Se nada for feito para interromper este curso teremos uma tragédia ao fim da pandemia.

Ao detectar o início da doença nos grandes centros urbanos do país e conhecendo a vulnerabilidade das tribos indígenas a doenças transmissíveis era necessário levantar barreiras sanitárias para evitar a proliferação do vírus nessas comunidades. Nada foi feito e a Covid-19 chegou às tribos indígenas. Urge a necessidade de ajuda, de tratamento, de EPI's, de fiscalização e instalação de centros locais de atendimento para essa população desassistida. Esta ação deve ser empreendida agora para evitar que se perpetuem os efeitos nefastos dessa pandemia ao longo do tempo que ainda temos de conviver com essa doença. Entretanto, pelo que se tem divulgado da política de governo parece que não há interesse em viabilizar esses protocolos.

INeC - Av. do Café, 2450, Vila Tibério, 14050-220 Ribeirão Preto, São Paulo

homepage://www.cerebro-inec.org